

**O NOVO PAPEL DA CHINA
COMO MOTOR DO CRESCIMENTO
E DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NO LESTE ASIÁTICO**

Dr. Rui Pereira

Rui Pereira

Graus Académicos:

Pós-Graduado em China Moderna, pelo Instituto Superior de Ciências e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 17 valores (2002/03).

Pós-Graduado em Relações Económicas Internacionais, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 15 valores (2001/02).

Pós-Graduado em Estudos Europeus, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 13 valores (1994/95).

Licenciado em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada de Lisboa, com a classificação final de 14 valores (1989/94).

Cargos Actual/Instituição: Desde Março 1997, Técnico Superior na Direcção-Geral da Empresa (ex-Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais) do Ministério da Economia.

Cargos Anteriores/Instituições: Assessor de Direcção e Estagiário na ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Fevereiro 1996-Março 1997).

Principal Área Científica de Investigação: China – Aspectos Económicos e Relações com a UE e Portugal.

Outras Áreas Científicas de Interesse: Relações União Europeia/Ásia; Multilateralismo e Regionalismo; Processos de Integração Económica Regional no Mundo.

Reuniões Científicas Nacionais e Estrangeiras:

— 26 Outubro 2005: Comunicação sobre “O Novo Papel da China como Motor de Crescimento e da Integração na Ásia Oriental”, no âmbito da Conferência *Horizontes do Século XXI*, organizada pelo Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais (NECPRI) da Universidade Nova de Lisboa.

— 16 Junho 2005: Comunicação sobre as “Relações UE-China: A Dimensão Económica”, no âmbito do evento Encontros da Arrábida 2005, subordinado ao tema *A China e a Europa*, organizado pela Fundação Oriente e pelo Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI).

— 20 Maio 2005: Conferência sobre o “Processo de Aproximação Europa-Ásia (ASEM - Asia-Europe Meeting): Potencialidades da Cooperação Inter-Continental”, no âmbito do 1.º Ciclo de Conferências sobre *Ásia Contemporânea*, organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada de Lisboa.

— 20 Janeiro 2005: Comunicação sobre “O Novo Papel da China Como Motor de Crescimento e da Integração Económica no Leste Asiático”, apresentada no âmbito da *VIII Semana Cultural da China*, organizada pelo Centro de Estudos Chineses do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

— 22 Janeiro 2004: Comunicação sobre as “Relações Económicas Portugal/China: Análise da Situação Actual e Perspectivas de Evolução Futura”, no âmbito da *VII Semana Cultural da China*, organizada pelo Centro de Estudos Chineses do ISCSP/UTL.

Prémios e Publicações mais recentes:

“Prémio Banco Finantia”, para melhor aluno do curso de Pós-Graduação em Relações Económicas Internacionais – ISEG/UTL, 2001/02.

“The Fifth Asia-Europe Meeting (ASEM) Summit – An Assessment”, *Asia-Europe Journal*, Volume 3, Number 1, April 2005.

“Relações Económicas Portugal/China: Análise da Situação Actual e Perspectivas de Evolução Futura”, *Estudos sobre a China VII*, ISCSP/UTL, Lisboa, Janeiro 2005.

“A Questão do Mar do Sul da China no contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN”, *Nação e Defesa*, n.º 109, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Outono-Inverno 2004.

“O Reforço do Relacionamento Económico entre a China e os Países ASEAN: Principais Aspectos e Motivações”, *Daxiyangguo - Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 6, Instituto do Oriente - ISCSP/UTL, Lisboa, Dezembro 2004.

Resumo

Pretende-se, com o presente trabalho, analisar os efeitos da ascensão económica chinesa nos padrões de produção, comércio e investimento do Leste Asiático¹. Procurar-se-á argumentar que, sobretudo a partir de meados da década de 90, em face das suas vantagens comparativas ao nível da dotação de recursos e de mão-de-obra, que levaram à instalação no país de numerosas empresas estrangeiras, a China começou a assumir-se progressivamente como centro integrado de produção da sub-região, nomeadamente ao nível da indústria transformadora, com efeitos visíveis no crescimento dos fluxos intra-regionais de comércio e investimento. Até ao momento, este novo quadro concorrencial tem sido benéfico para todos os países envolvidos.

Do mesmo modo, assistiu-se, a partir de finais da década de 90, a um recentrar de atenções dos países da Ásia de Leste em torno dos processos de integração regional. Procurar-se-á demonstrar que, além de critérios económicos, outras considerações, nomeadamente político-diplomáticas, contribuíram para essa mudança de abordagem, e que o poder de iniciativa revelado pela China condicionou, em grande parte, a estratégia seguida pelos países vizinhos, designadamente o Japão.

Finalmente, far-se-á referência aos últimos desenvolvimentos em matéria de integração regional no Leste Asiático, incluindo a discussão sobre os requisitos necessários à eventual criação de uma Comunidade do Leste Asiático.

Abstract

This paper attempts to analyse the main effects of Chinese economic growth on production, trade and investment patterns in East Asia. It will be argued that China, benefiting from its comparative advantages as regards resources and workforce, is being increasingly the centre of an integrated production network within the sub-region, partly as a result of the overwhelming presence of multinational enterprises in the country.

The focus of most East Asian countries on regionalism as of late 90's will also be analysed. It will be argued that, apart from purely economic criteria, political interests were also considered, to a great extent influenced by Chinese proactive strategy in this regard. The paper ends with a brief discussion on the pre-requisites for the creation of an East Asian Community.

¹ Para efeitos deste estudo, considera-se que o Leste Asiático (será também utilizada a designação Ásia de Leste) compreende os seguintes países/territórios: os dez países membros ASEAN (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietname), a China, Coreia do Sul, Japão. Será também feita referência a Hong-Kong (Região Administrativa Especial da China) e a Taiwan.

Introdução

O “milagre” económico chinês nos últimos 25 anos (média de crescimento de 9,4% entre 1978 e 2003), o seu incontornável sucesso nos mercados mundiais de exportação e as elevadas receitas de investimento estrangeiro, tem gerado inúmeros debates em diversos meios (político, empresarial, académico, *mass media*,...) um pouco por todo o mundo, nomeadamente sobre a questão da “oportunidade ou ameaça” colocada pela ascensão económica chinesa.

Actualmente a sexta economia do mundo, prevê-se que, a manter o actual ritmo de crescimento, a China ultrapasse o Japão como segunda economia mundial até 2020. Em 2004, o PIB cresceu 9,5%, impulsionado sobretudo pelas exportações e pelo investimento (sendo também de destacar o peso crescente do consumo privado), contrariando assim expectativas de um abrandamento do crescimento em resultado de medidas introduzidas pelas autoridades com vista a reduzir os perigos de sobreaquecimento (*overheating*) da economia. Não obstante, a generalidade dos analistas é de opinião que a China irá crescer menos em 2005, na ordem dos 8%, e que existem razões para se estar optimista quanto a um *soft landing* da economia chinesa.

Em 2004, a China ultrapassou o Japão como terceira potência comercial do mundo (comércio total de cerca de \$1 bilião) e, desde 2002, constitui-se como o primeiro destino mundial de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), detendo actualmente o quarto maior *stock* de IDE acumulado (\$535 mil milhões em meados de 2004). Por outro lado, possui o segundo maior volume de reservas internacionais (\$610 mil milhões em finais de 2004).

A capacidade produtiva do país aumentou bastante nos últimos anos. É o maior produtor mundial de têxteis e calçado (53,3% do total), televisores (30%), frigoríficos (17%), brinquedos (75%), câmaras, bicicletas a motor e sem motor, computadores,

leitores de DVD (41%), telefones (50%), máquinas de lavar (23%), aparelhos de ar condicionado (30%), entre outros.

Em 2003, a China representou cerca de metade da produção mundial de cimento, um terço da produção de aço, um quinto e um quarto da produção de alumínio e de cobre, respectivamente. Posicionou-se como o terceiro maior produtor automóvel (4,4 milhões de unidades produzidas em 2003) e é já o maior mercado mundial de comunicações telefónicas (263 milhões de telefones fixos, 269 milhões de telemóveis). Em meados de 2004, detinha o segundo maior número de utilizadores Internet, com 87 milhões registados.

Em termos de abastecimento, os últimos números conhecidos são também significativos. Com vista a manter a capacidade de produção industrial, a China está a importar mais recursos no estrangeiro do qualquer outro país, tendo-se tornado no maior importador de aço, carvão, alumínio e cobre, e no segundo maior importador de petróleo, com reflexos imediatos na subida de preços destas e de outras mercadorias a nível mundial.

Pretende-se, com o presente trabalho, analisar os efeitos da ascensão económica chinesa nos padrões de produção, comércio e investimento do Leste Asiático¹. Procurar-se-á argumentar que, sobretudo a partir de meados da década de 90, em face das suas vantagens comparativas ao nível da dotação de recursos e de mão-de-obra, que levaram à instalação no país de numerosas empresas estrangeiras, a China começou a assumir-se progressivamente como centro integrado de produção da sub-região, nomeadamente ao nível da indústria transformadora, com efeitos visíveis no crescimento dos fluxos intra-regionais de comércio e investimento. Até ao momento, este novo quadro concorrencial tem sido benéfico para todos os países envolvidos.

Do mesmo modo, assistiu-se, a partir de finais da década de 90, a um recentrar de atenções dos países da Ásia de Leste em torno dos processos de integração regional. Procurar-se-á demonstrar que, além de critérios económicos, outras considerações, nomeadamente político-diplomáticas, contribuíram para essa mudança de abordagem, e que o poder de iniciativa revelado pela China condicionou, em grande parte, a estratégia seguida pelos países vizinhos, designadamente o Japão.

Finalmente, far-se-á referência aos últimos desenvolvimentos em matéria de integração regional no Leste Asiático, incluindo a discussão sobre os requisitos necessários à eventual criação de uma Comunidade do Leste Asiático.

¹ Para efeitos deste estudo, considera-se que o Leste Asiático (será também utilizada a designação Ásia de Leste) compreende os seguintes países/territórios: os dez países membros ASEAN (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietname), a China, Coreia do Sul, Japão. Será também feita referência a Hong-Kong (Região Administrativa Especial da China) e a Taiwan.

1. A China como Motor de Crescimento do Leste Asiático

Ao contrário de outras regiões do mundo, o crescimento da interdependência económica no Leste Asiático, visível a partir da segunda metade da década de 80, deveu-se às designadas “forças de mercado”, ou seja, a aspectos como: (i) políticas de abertura ao exterior, nomeadamente ao nível das estratégias de desenvolvimento económico e da promoção das exportações, e da liberalização dos movimentos de capitais nas Novas Economias Industrializadas (NEI)²; (ii) reformas económicas direccionadas para o mercado e abertura progressiva das economias em transição da China e dos países da antiga Indochina; (iii) realinhamento das taxas de câmbio na sequência do Acordo Plaza de Setembro de 1985; e (iv) alastramento do investimento produtivo do Japão e das NEI ao resto da sub-região nos anos 80, criando uma rede regional de produção.

Por outras palavras, o modelo de integração do Leste Asiático tem sido um processo natural de desenvolvimento económico, que se poderá designar por “regionalização”, resultante da localização de vantagens específicas e da complementaridade económica, gerando um efeito de aglomeração e a obtenção de economias de escala em razão da proximidade geográfica, por contraposição a um modelo de integração mais formal e institucionalizado (ex: zonas de comércio livre), conhecido como “regionalismo”, que começou a ganhar *momentum* no Leste Asiático no rescaldo da Crise Financeira Asiática de 1997-98, como se verá mais em detalhe no ponto 2.

Acresce que a descida dos custos associados às transacções comerciais³ tem facilitado a rápida integração comercial e dos fluxos de investimento na região do Leste Asiático.

Entre 1985 e 2001, as exportações dos países do Leste Asiático aumentaram cerca de dez vezes. Em consequência, o peso da Ásia de Leste no total do comércio mundial mais do que duplicou no período considerado, representando actualmente cerca de 27%, contra 34% da UE-15 e 19% do espaço NAFTA.

O comércio intra-regional também registou um forte incremento, mais do que triplicando entre 1985 e 2001, com 2,2% e 10%, respectivamente.

O peso relativo dos países do Leste asiático no comércio intra-regional é muito variável. Em 2001, a China (incluindo Hong-Kong) representou 36% do total das exportações, sendo que o Nordeste Asiático assume claramente a parte de leão.

² Coreia do Sul, Hong-Kong, Singapura, Taiwan.

³ Direitos de importação, cobrança de frete e seguro, tempo das mercadorias em trânsito, custo da informação e gestão das cadeias internacionais de abastecimento.

Quanto à composição do comércio intra-regional, destaque, no período considerado, para o peso do grupo Maquinaria e Material de Transporte, que cresceu de 21% para 48%.

A estrutura das trocas intra-regionais sugere a existência de uma forte componente de comércio intra-ramo. Este aspecto é evidenciado numa análise dos 30 principais produtos comercializados, em que o sub-grupo Produtos Electrónicos é, de longe, o mais importante, com destaque para os produtos intermédios, partes e componentes, que representam já cerca de 20% do total no sector da indústria transformadora.

No que se refere ao investimento, começou a registar-se um incremento a partir da década de 70. A primeira vaga partiu do Japão para as Novas Economias Industrializadas e posteriormente para o Sudeste Asiático em meados dos anos 80, em resultado da apreciação do Iene e da escalada dos custos de produção. Por sua vez, as NEI começaram a deslocalizar a sua produção para o Sudeste Asiático e a China durante a década de 80.

Os fluxos intra-regionais de IDE aumentaram significativamente no decurso da década de 90, contribuindo para a emergência de uma rede integrada de produção no Leste Asiático, nomeadamente no sector de maquinaria, com destaque para os produtos electrónicos e os veículos automóveis.

A China como Epicentro do Comércio e Investimento na Ásia de Leste

Em termos gerais, pode-se considerar que, no conjunto da Ásia de Leste, a estrutura comercial e de produção da China será neste momento intermédia, dado que ainda não é tão sofisticada como a do Japão e Coreia do Sul, mas em alguns sectores já é consideravelmente mais desenvolvida que a dos membros ASEAN-5⁴, com a possível excepção de Singapura.

A título de exemplo, no período 1990-2000, a média de crescimento das exportações chinesas de produtos transformados foi de 17%, sendo que foi claramente mais acentuada, 32%, no segmento de alta tecnologia (sobretudo produtos electrónicos). Porém, ainda existe larga margem de progressão, dado que, em 2000, o peso deste segmento no total das exportações de produtos transformados foi de 24,4%, contra 44,9% do segmento de produtos de mão-de-obra intensiva, com destaque para os têxteis e vestuário.

Espera-se, aliás, que este sector continue a ser relevante no conjunto das exportações chinesas ao longo dos próximos anos, na medida em que a China, enquanto principal produtor e exportador mundial, deverá ser o principal beneficiário da libera-

⁴ Corresponde aos cinco países fundadores ASEAN: Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia.

lização do comércio do sector desde 1 de Janeiro de 2005, na sequência da expiração do Acordo Multifibras.

A forte expansão comercial chinesa teve natural repercussão a nível mundial, como atesta o crescimento do seu peso no comércio mundial, a uma média de 4,5% entre 1990-2002, tendo passado de 1,9% em 1990 para 6,4% em 2002.

Refira-se a propósito que os fluxos comerciais e de investimento entre a China e os países do Leste Asiático eram pouco significativos em 1990, situação que se alterou radicalmente no decurso dos últimos dez anos.

A adesão da China à OMC em Dezembro de 2001, além dos efeitos produzidos a nível mundial, teve também um forte impacto na sub-região e na natureza do comércio intra-regional, na medida em que este país passou a ser o epicentro das transacções comerciais e o principal responsável pelo seu crescimento.

Actualmente, a China concentra já metade do comércio intra-regional, 60% do IDE e é o centro produtivo das indústrias de mão-de-obra intensiva, em face dos muito baixos custos laborais e de produção.

Nos últimos anos, a China passou a ser uma importante fonte de crescimento das exportações dos países do Leste Asiático. Considerando um universo de oito países/territórios (Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietname e Taiwan), a China representa actualmente cerca de 16% do total das exportações destes países, sendo que em 1990 não ia além de 8%. Por conseguinte, os países do Leste Asiático passaram a ficar fortemente dependentes das exportações para a China em termos de crescimento económico ⁵.

A título de exemplo, entre 1995-2003 as exportações de instrumentos de precisão e maquinaria eléctrica (sobretudo partes e componentes), oriundas dos principais países vizinhos, cresceram mais de 600%, ao passo que as exportações de maquinaria, produtos químicos e material de transporte aumentaram cerca de 300%.

A China é já o maior importador asiático e o terceiro maior mercado mundial de importação (a seguir aos EUA e Alemanha). As importações do Leste Asiático elevam-se a mais de 50% do total importado pela China. O Japão representa cerca de 18% das importações, contra cerca de 20% do conjunto dos países emergentes do Leste Asiático (fundadores ASEAN-5 e Coreia do Sul), ou 32%, se juntarmos Hong-Kong e Taiwan. Destaque para a Coreia do Sul, que fornece 10,4% das importações (contra apenas 0,5% em 1993), tendo-se posicionado como segundo fornecedor (ultrapassou os EUA em 2002).

⁵ A título de exemplo, a China representa actualmente cerca de 11% do total das exportações do Japão. Segundo algumas fontes, em 2003 a China terá sido responsável por 75% e 40% do crescimento total das exportações japonesas e sul-coreanas, respectivamente.

As importações são essencialmente constituídas por produtos intermédios, partes e componentes destinados a ser transformados em produtos acabados e posteriormente reexportados. O seu rácio aumentou de 35% do total das importações no início dos anos 90 para cerca de 50% em 1997, mantendo-se a este nível desde então.

Do mesmo modo, as importações para fins de processamento representam mais de 40% das exportações chinesas. O impacto da especialização vertical na China pode ser claramente aferido no rápido incremento das importações de circuitos electrónicos integrados e *microassemblies*, componentes-chave no fabrico de produtos electrónicos ⁶.

A distribuição geográfica das exportações chinesas é diferente: os EUA são claramente o principal destino (22% do total em 2003), seguidos da UE com 15% e do Japão com 13%. O conjunto dos países emergentes do Leste Asiático não ultrapassa os 9% (excluindo Hong-Kong).

Ou seja, o comércio da China é excedentário com os EUA (\$124 mil milhões em 2003) e a UE e deficitário com os países do Leste Asiático (\$68 mil milhões em 2003), o que diz bem do novo papel da China enquanto plataforma de transformação e reexportação de produtos para o mundo ocidental, dando origem a um relacionamento comercial triangular (Leste Asiático-China-EUA e UE).

O tipo de produtos exportados varia consoante o destino: para os EUA predominam o material informático e electrónico, para o Leste Asiático destacam-se as máquinas e o material de transporte. Globalmente, se os têxteis e vestuário continuam a ser um dos principais sectores de exportação, têm vindo a perder peso relativo para produtos de maior valor acrescentado, como os electrónicos.

A composição das exportações chinesas tem variado bastante nos últimos anos. No início da década de 90, a manufactura leve representava mais de 40% das exportações chinesas, com destaque para o calçado, vestuário, brinquedos e produtos diversos. Das restantes exportações, saliência para produtos manufacturados (sobretudo têxteis), maquinaria (electrónica de pequena dimensão) e material de transporte.

Nos últimos anos, a China realizou avanços substanciais noutras categorias de exportação, incluindo produtos electrónicos mais sofisticados (material de escritório e equipamento de processamento de dados automáticos, equipamento de telecomunicações, maquinaria eléctrica). Por exemplo, a proporção da maquinaria e material de transporte nas exportações aumentou de 17% em 1993 para 41% em 2003, enquanto os produtos manufacturados diversos baixaram de 42% para 28%.

O padrão de comércio alterou-se assim fortemente, com o incremento das importações dos países asiáticos (43% em 2003) e das exportações para economias desenvolvidas, sobretudo EUA e UE (32% e 49%, respectivamente). A natureza das

⁶ Thomas Rumbaugh e Nicolas Blancher, "China: International Trade and WTO Accession", *IMF Working Paper no. 04/36*, Março 2004, pp. 4-6.

trocas intra-regionais revela a crescente integração da China nas redes regionais de produção (o chamado “circuito integrado asiático”), fenómeno único no mundo à escala regional.

A tendência para futuro será a manutenção de comércio excedentário com os EUA e a UE e a subida do saldo deficitário com os países do Leste Asiático. Em termos gerais, a China continuará a exportar produtos acabados para EUA e UE e a importar produtos alimentares, matérias-primas, partes e componentes e bens de capital do Leste Asiático.

Os fluxos de IDE completam a inserção da China nos canais de produção regionais. Com efeito, no período 1995-2001, a grande maioria dos fluxos de IDE provém da região do Leste Asiático (8% do Japão e 61% das Novas Economias Industrializadas)⁷, seguindo-se os EUA e a UE (20%).

Hoje em dia, mais de 80% das 500 maiores empresas do mundo está instalada na China. As empresas estrangeiras já representam mais de metade do comércio total do país e são responsáveis por mais de 2/3 da produção e das exportações.

De salientar que, por ora, as empresas asiáticas instaladas na China (nomeadamente japonesas e sul-coreanas) não visam prioritariamente o mercado chinês. Porém, no médio-longo prazo a subida do nível de vida na China deverá produzir efeitos benéficos para os produtores e investidores que demonstrem massa crítica e capacidade suficiente para tirar o máximo partido do vasto mercado chinês.

Também em resultado da crescente interdependência económica da região, um cada vez maior número de empresas chinesas começa a investir no exterior, nomeadamente no Leste Asiático. O gigante chinês Haier, especializado na produção de electrodomésticos e electrónica de consumo (ex: telefones móveis, frigoríficos, climatizadores), estabeleceu-se na Indonésia, Filipinas e Malásia.

China – Ameaça ou Oportunidade para as Economias Vizinhas?

Segundo Luís Mira Amaral, “a China será a grande plataforma manufactureira do Século XXI, devido à dotação de trabalho disponível, mas avançará simultaneamente para produtos mais sofisticados baseados na escala de produção e intensidade de conhecimento. Estaremos na fase preliminar de uma das maiores revoluções industriais da história económica mundial”⁸.

⁷ De referir que uma parte significativa do IDE de Hong-Kong é na realidade constituído, ou por fundos de origem chinesa reinvestidos na China Continental por motivos fiscais, ou por montantes que apenas estão em trânsito naquela Região Administrativa Especial, sem que se possa determinar com exactidão a sua origem.

⁸ Citação extraída de um conjunto de artigos intitulados “China – A Potência Económica do Século XXI”, publicados no *Jornal de Negócios* em Janeiro de 2005.

Pelo impacto natural que a proximidade geográfica induz na definição dos padrões regionais de produção, comércio e investimento, a questão da “oportunidade ou ameaça” chinesa tem sido sobretudo veiculada por países do Leste Asiático.

Um estudo empírico recente do Banco Asiático de Desenvolvimento⁹ demonstra que, embora existam alguns riscos para sectores específicos, o padrão de produção, comércio e investimento que está a emergir no Leste Asiático apresenta-se mutuamente benéfico, na condição das empresas e governos dos países envolvidos responderem adequadamente aos desafios de ajustamento das suas economias.

A “visão estilizada” da China é a de que se trata de uma economia de grande dimensão, em período de continuado crescimento económico, com elevadas taxas de poupança, atraindo significativos montantes de IDE e com um forte crescimento das exportações (média de 17% no período 1990-2002).

Com uma grande população rural como fonte de mão-de-obra, o crescimento verificado nos sectores de maior valor acrescentado baseia-se numa quase perfeita oferta elástica de mão-de-obra com níveis salariais baixos em face das reduzidas oportunidades de emprego nas zonas rurais. Dada a sua grande dimensão, a China tornou-se num grande fornecedor de produtos de mão-de-obra intensiva para o mercado mundial, sendo que os seus níveis salariais e índices de produtividade acabam por ter influência directa nos preços destes produtos a nível mundial.

Por outro lado, o IDE e o investimento doméstico no aperfeiçoamento dos recursos humanos e *know-how* tecnológico têm ocasionado uma especialização progressiva em gamas de produtos tecnologicamente mais sofisticados, particularmente em segmentos que possibilitem realocação de mão-de-obra intensiva por parte de cadeias internacionais de abastecimento através de IDE. No entanto, a China ainda está aquém de países como o Japão e Coreia do Sul em termos de repartição *per capita* das despesas de empresas em I & D.

Como já foi referido supra, a rápida expansão económica da China proporciona oportunidades aos países vizinhos de exportarem e investirem no seu vasto mercado. Porém, há que ter presente que a China é também um sério rival na exportação de uma larga variedade de produtos (desde os de mão-de-obra intensiva até outros mais complexos tecnologicamente) para mercados de países terceiros.

Por exemplo, o crescimento das exportações chinesas nos EUA tem sido obtido, em parte, à custa da quota de mercado de alguns países asiáticos, sobretudo do Japão (consequência directa das alterações ocorridas nos circuitos integrados de produção). Assim, as importações norte-americanas originárias da China subiram de 6,3% do total

⁹ John Weiss, “People’s Republic of China and its Neighbors: Partners or Competitors for Trade and Investment?”, *ADB Institute Discussion Paper no. 13*, Agosto 2004.

importado em 1995 para 11,1% em 2002, ao passo que as importações provenientes do Japão diminuíram de 16,5% para 10,4% no mesmo período ¹⁰.

No Japão, aliás, começou a emergir em certos meios o chamado “síndrome chinês”, ligado a factores como a aceleração das importações japonesas de produtos chineses, desde agrícolas e têxteis (colocando forte pressão sobre os produtores locais) até outros de maior valor acrescentado, sobretudo maquinaria ¹¹.

Por outro lado, o reforço da deslocalização de empresas japonesas (nomeadamente tecnológicas) na China, em busca de custos de operação mais baixos, suscitou um forte receio no país de perda de postos de trabalho e subida do desemprego, num contexto de prolongada estagnação económica.

Acresce que a própria natureza do IDE japonês na China adquiriu uma nova dimensão, com a crescente aposta em produtos sofisticados. Alguns sectores contestaram a transferência para a China de importantes segmentos da cadeia de valor, temendo que a aquisição de *know-how* específico das empresas chinesas tivesse consequências gravosas a prazo para as empresas japonesas.

Passou assim a predominar no tecido empresarial japonês a percepção de uma combinação imbatível na China entre uma oferta inesgotável de força laboral a baixo custo e uma cada vez mais abundante bolsa de engenheiros e investigadores chineses altamente qualificados (ex: Delta do Rio das Pérolas para produtos electrónicos; Delta do Rio Yangtze para empresas de alta tecnologia).

Porém, desde 2003 a ascensão económica chinesa começou a ser vista mais como fonte de oportunidade do que ameaça nos meios empresariais japoneses, a que não foi certamente alheio o crescimento significativo das exportações japonesas para a China.

No que se refere aos países ASEAN-5, os países sujeitos a maior concorrência directa parecem ser a Tailândia, Filipinas e Indonésia, ao passo que a Malásia e Singapura, com estruturas de exportação mais sofisticadas, parecem estar a sofrer maiores perdas de quota de mercado no segmento dos produtos de alta tecnologia.

No entanto, em termos gerais, parece ser clara a pressão concorrencial da China em todos os segmentos da cadeia de valor. Por exemplo, na categoria de produtos eléctricos e electrónicos (representa cerca de 2/3 das exportações ASEAN para os EUA e 40% para o Japão) a pressão é particularmente evidente, nomeadamente nos segmentos mais especializados.

¹⁰ Ver Françoise Nicolas, “L’irrésistible Ascension de la Chine en Asie Orientale”, *Politique Étrangère*, 2/2004, pp. 277.

¹¹ Ver intervenção de Naoko Munakata em 4 Dezembro 2003 perante a *US-China Economic and Security Review Commission*, subordinada ao tema “The Impact of the Rise of China and Regional Economic Integration in Asia – A Japanese Perspective”, acessível *on-line* em: <http://www.brook.edu/views/testimony/munakata20031204.htm>

Quanto às categorias de matérias-primas e têxteis e vestuário, as exportações de todos os países ASEAN-5 apresentam significativas perdas de quota de mercado nos EUA e no Japão, comparativamente com a China.

De facto, a ascensão económica chinesa coloca uma pressão acrescida sobre os países do Sudeste Asiático, em termos comerciais e de IDE, dado que, na generalidade, as suas economias e estruturas produtivas parecem ser mais concorrenciais do que complementares.

A este respeito, vale a pena tecer algumas considerações sobre a alegada concorrência directa entre a China e os países ASEAN pela captação de IDE na sub-região. Como é sabido, tanto a ASEAN como a China são tradicionalmente receptores de IDE, e não tanto investidores líquidos no exterior.

O IDE na China começou em 1979, na sequência da “*open door policy*” de Deng Xiaoping e da *Equity Joint Venture Law* de 1979. No entanto, tanto a participação externa no capital de empresas chinesas como a instalação de empresas estrangeiras no país permaneceram muito limitadas até 1992, altura em que o processo de liberalização da entrada de IDE na China foi fortemente acelerado. Os efeitos fizeram-se sentir de imediato, com taxas de crescimento exponencial dos montantes de IDE no país, da ordem dos 150% em 1992 e 1993.

Assim, de \$4,4 mil milhões em 1991, passou-se para \$28 mil milhões em 1993 e \$44 mil milhões em 1997.

Desde 1993, a China passou a concentrar cerca de metade do total investido na Ásia, e constituiu-se como o principal receptor do conjunto dos Países em Desenvolvimento (PED). Acresce que, entre 1992 e 1997, foi o segundo maior a nível mundial, logo a seguir aos EUA.

O início dos anos 90 coincidiu também com um período de forte crescimento na captação de IDE por parte dos membros fundadores ASEAN, nomeadamente na Tailândia, Malásia e Singapura, que, até 1997-98, captaram mais IDE do que economias de maior dimensão, como a japonesa e a sul-coreana. Porém, esta tendência foi abruptamente interrompida com a emergência da Crise Financeira Asiática.

Enquanto os níveis de atracção de IDE na China não foram afectados, rondando a média de \$40 mil milhões/ano, no espaço ASEAN-5 a descida foi substancial, bem patente na evolução do seu *share* no total do IDE na Ásia. De 51% em 1990 passou para apenas 11% em 2001.

Por esta altura, começou a emergir nalguns meios, nomeadamente académico e imprensa escrita¹², a percepção que a captação de IDE na Ásia de Leste seria um “jogo de soma nula”, ou seja, que o incremento registado num determinado país seria conse-

¹² Ver, por exemplo, “ASEAN Slips Into Irrelevance”, *Asian Wall Street Journal*, 5 Novembro 2002, e “Economic Juggernaut: China is Passing US as Asian Power”, *New York Times*, 29 Junho 2002.

guido à custa de uma diminuição noutra país ou conjunto de países. Assim, deu-se como adquirido que o acréscimo de IDE na China estaria directamente ligado à perda de importância relativa dos países ASEAN nos últimos anos ¹³.

Procurando “desmistificar” esta ideia, um estudo do Ministério do Comércio e Indústria de Singapura (*FDI in China and Southeast Asia: Has ASEAN Been Losing Out?*, 2002) procurou demonstrar que não se está em presença de um “jogo de soma nula”, na medida em que tanto a China como a ASEAN-5 conseguiram elevadas taxas de crescimento na captação de IDE durante a década de 90, até à Crise Financeira Asiática. Assim, no período 1989-97, o IDE na China subiu de \$3,4 mil milhões para \$44 mil milhões, enquanto que na ASEAN-5 evoluiu de \$7,6 mil milhões para \$27 mil milhões no mesmo período, com taxas de crescimento médio anual de 38% e 17%, respectivamente.

Entre 1998-2000, período em que se assistiu a uma quebra significativa do IDE na ASEAN-5, também na China a *performance* de captação foi inferior. Comparando com os valores de 1997, os números atingidos em 2000 significam uma descida de 67% e 7,8%, respectivamente.

Em 2001, o IDE com destino à China e ASEAN-5 voltou a registar a mesma tendência, desta feita em sentido positivo, com taxas de crescimento de 31% e 15%, respectivamente.

De onde se conclui que, não sendo de ignorar alguma competição existente entre a China e a ASEAN em termos de captação de IDE, os verdadeiros motivos para a diminuição dos fluxos de IDE no espaço ASEAN não terão tanto que ver com um eventual redireccionamento para o mercado chinês, mas sobretudo com os efeitos negativos da Crise Financeira Asiática, ligados à quebra de confiança dos investidores nos mercados do Sudeste Asiático.

É indesmentível que o estreitamento das relações comerciais e de investimento nos últimos anos fez com que as economias dos países do Sudeste Asiático passassem a ficar fortemente dependentes da evolução da conjuntura económica chinesa, o que se apresenta como potencial factor de risco e instabilidade.

Para alguns dos países do Leste Asiático, a melhor opção a tomar perante este novo quadro concorrencial seria uma aceleração do processo de reestruturação das suas economias, com efeitos benéficos a prazo, ainda que com eventuais custos de ajustamento no imediato e curto prazo.

As empresas dos países envolvidos deverão ter capacidade de identificar novos nichos de mercado, de se reequiparem e aperfeiçoarem os seus conhecimentos e

¹³ Para uma discussão interessante sobre as diferentes perspectivas existentes nesta matéria, ver Amitav Acharya, “Seeking Security In The Dragon’s Shadow: China and Southeast Asia in the Emerging Asian Order”, *Institute of Defence and Strategic Studies*, Working Paper no. 44, Singapura, Março 2003.

formação, de identificarem, adquirirem e se adaptarem a novas tecnologias e estabelecerem alianças em cadeias internacionais de abastecimento. Estes esforços a nível empresarial deverão ser devidamente enquadrados na vertente governamental com políticas flexíveis de apoio, que (i) encorajem as empresas a assumir riscos, providenciem educação pública, formação e investigação de boa qualidade, (ii) assegurem que as empresas tenham um apoio adequado por parte do sector financeiro, (iii) encorajem a despesa em I & D, e (iv) sejam dotadas de uma orientação estratégica em termos de “política nacional de competitividade”.

A multiplicação de redes regionais de produção, tanto entre unidades da mesma empresa ou com diferentes fornecedores, tem assumido importância central para o novo quadro concorrencial da sub-região, levando a que os produtos finais produzidos na China contenham partes e componentes oriundas de diferentes países do Leste Asiático, ou seja, significando uma cadeia de produção que se poderá estender por vários países.

O IDE tem sido uma alavanca fundamental neste processo de integração de empresas, baseadas na China, em redes regionais de produção e no desenvolvimento do comércio triangular entre a China, os países do Leste Asiático e os vastos mercados dos EUA e UE. Neste processo de especialização emergente, os parceiros regionais providenciam os *inputs* para transformação de produtos na China, que são posteriormente reexportados para fora da sub-região. Até ao momento, este processo tem-se revelado mutuamente benéfico.

Este novo modelo foi caracterizado como uma espécie de “modelo de desenvolvimento paralelo”, ou um “novo paradigma no desenvolvimento económico do Leste Asiático”. Este fenómeno, que coloca a China no centro de uma complexa rede de produção (“rede horizontal de comércio e capital”), foi baptizado de “*bamboo capitalism*” pelo Prof. David Roland-Holst (Universidade de Berkeley - California), na medida em que esta vertente de IDE como indutor da criação de uma cadeia de abastecimento intra-regional tem levado à criação de indústrias locais diversificadas e dinâmicas nos países do Leste Asiático.¹⁴

Este novo modelo de desenvolvimento parece, aliás, representar um claro desvio do conhecido modelo designado por “*flyng geese*” nos anos 80, que assentava na integração económica vertical em resultado da superioridade tecnológica, financeira e comercial do Japão, que, como é sabido, foi posteriormente “exportado” para as economias vizinhas, nomeadamente para as Novas Economias Industrializadas.

¹⁴ Citado em Zhang Yunling, “China’s Economic Emergence and its Impact”, Março 2004, acessível *on-line* em: <http://www.cass.net.cn/yataisuo/SuoZhangZL/bak/14593116.doc>

2. Cooperação e Integração Regional no Leste Asiático

Tal como sucedeu nos processos de integração de outras regiões do mundo, o recentrar de atenções dos países do Leste Asiático em torno do regionalismo, visível a partir de finais da década de 90, teve na sua base motivos de ordem económica e política, a saber ¹⁵:

- a) Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria levou a uma melhoria das relações económicas e políticas entre os países do Leste Asiático. É o caso dos países ASEAN, com o processo de alargamento ao Camboja, Laos, Myanmar e Vietname na segunda metade dos anos 90, sendo também de destacar os avanços significativos registados no relacionamento dos países do Sudeste e Nordeste Asiático com a China;
- b) Segundo, enquanto as economias do Leste Asiático permaneciam fragmentadas, emergiram espaços regionais na Europa (UE) e na América do Norte (NAFTA), com assinalável sucesso;
- c) Terceiro, a Crise Financeira Asiática de 1997-98 serviu de catalisador em termos de aposta no regionalismo. O “efeito contágio” deixou clara a forte interdependência económica e financeira já existente entre as economias do Leste Asiático. Por outro lado, houve um sentimento generalizado de desilusão (caracterizado por Richard Haggott como *politics of resentment*¹⁶) dos países da sub-região, sobretudo os mais afectados, pela actuação dos EUA e do FMI na gestão da Crise Financeira, o que motivou uma forte determinação no sentido da dinamização da cooperação monetária e financeira com vista a manter a estabilidade económica e financeira a nível regional;
- d) Quarto, para algumas economias do Leste Asiático, os esforços de liberalização do comércio e investimento sob os auspícios da OMC e da APEC estavam a produzir resultados muito aquém do esperado;
- e) Quinto, a ascensão económica chinesa deu um novo impulso ao regionalismo no Leste Asiático. Por um lado, os países da sub-região sentiram necessidade de intensificar a cooperação e integração regional com vista a manterem-se competitivos face à China. Por outro lado, começou a ganhar forma a percepção de que, com a China, a Ásia de Leste poderia constituir um espaço económico muito abrangente e dinâmico e garantir uma voz

¹⁵ Baseia-se, em grande medida, em Chia Siow Yue, “Economic Cooperation and Integration in East Asia”, *Asia-Pacific Review*, Vol. 11, no. 1, 2004, pp. 1.

¹⁶ Richard Haggott, “The Asian Economic Crisis: A Study in the Politics of Resentment”, *New Political Economy*, Vol. 3, no. 3 (Novembro 1998), pp. 333-356.

- mais activa e influência acrescida dos países membros na cena internacional, dominada pelas grandes potências ocidentais;
- f) Sexto, tanto o Japão como a Coreia do Sul decidiram abandonar a estratégia de conferir prioridade ao multilateralismo, passando a considerar a alternativa de celebração de acordos de comércio livre;
- g) Sétimo, os EUA têm mantido um silêncio prudente desde finais da década de 90 sobre as iniciativas de integração regional no Leste Asiático, resistindo à tentação de condicionar as estratégias dos países que lhe são mais próximos (Japão, Filipinas, Singapura), postura bem diferente da que adoptou no início dos anos 90.

Richard Stubbs procurou ir mais além, tendo identificado tendências de longo prazo que, na sua óptica, terão influenciado a aposta dos países do Leste Asiático no regionalismo, a saber ¹⁷:

- a) Embora não se deva subestimar a sua diversidade, existem no entanto alguns traços culturais em comum que podem ser identificados como característicos da sub-região. Por exemplo, Lucian Pye, entre outros, destacou a primazia conferida pelas sociedades da Ásia de Leste à família, ao sentimento de comunidade e à harmonia social, bem como ao dever, à aceitação da hierarquia, e ao respeito pela autoridade;
- b) A combinação de alguns factores histórico-culturais recentes levou à criação de Estados intervencionistas e à adopção de uma abordagem específica em matéria de desenvolvimento económico, com a dupla aposta em indústrias com forte vocação exportadora e na protecção de indústrias/sectores considerados sensíveis face à concorrência externa;
- c) Emergiu uma tipologia de capitalismo bastante distinta das experiências europeia e norte-americana. Este tipo de capitalismo com “características asiáticas” assenta no papel das redes de negócios de origem japonesa e dos chineses ultramarinos, caracterizada por fortes ligações entre o Estado e o sector empresarial. Dá prioridade à produção sobre o consumo e aos resultados sobre a ideologia, e tende a dar mais importância à obtenção de quota de mercado do que a lucros de curto prazo. Este “capitalismo asiático” parece ainda ser mais baseado em obrigações sociais e confiança social do que no Estado de direito (*rule of law*);

¹⁷ Richard Stubbs, “ASEAN Plus Three – Emerging East Asian Regionalism?”, *Asian Survey*, Vol. 42 no. 3, Maio/Junho 2002, pp. 444-445.

- d) Para este capitalismo asiático emergente, muito contribuíram os elevados fluxos de investimento directo na sub-região, com destaque para o investimento japonês nos países do Leste Asiático (primeiro nas NEI, a seguir em alguns países do Sudeste Asiático, e mais recentemente na China) entre finais dos anos 80 e inícios da década de 90. Seguiram-se investimentos de empresas de Taiwan, Hong-Kong, Coreia do Sul, Singapura e Tailândia em países vizinhos, levando ao reforço da interdependência económica no Leste Asiático.

Processo ASEAN+3

As tendências de curto e médio-longo prazo, em torno da congregação de esforços ao nível da cooperação e interdependência económica no Leste Asiático, acabaram por desembocar na criação do Processo ASEAN+3, que teve o seu início em Dezembro de 1997, em plena Crise Financeira Asiática, com a realização da primeira Cimeira ASEAN+3, associando os países ASEAN e o Japão, China e Coreia do Sul, no que foi caracterizado por alguns autores como uma manifestação clara de “Pan-Nacionalismo Asiático” emergente¹⁸, na linha do que Yoichi Funabashi havia defendido em 1993, a criação de uma “consciência e identidade asiática”¹⁹.

Em certa medida, esta iniciativa retoma a proposta formulada em 1990 pelo antigo Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, de criação de um *East Asian Economic Grouping*, posteriormente rebaptizado como *East Asian Economic Caucus* para obviar a receios de que pudesse estar em causa a criação de um novo bloco comercial regional. Não obstante este formato revisto, acabaria por não ir avante, alegadamente por pressões exercidas sobre o Japão por parte dos EUA, no sentido do seu não envolvimento no projecto. Na altura, os EUA fizeram eco da sua preocupação que uma iniciativa deste tipo pudesse prejudicar a actividade da recém-criada APEC, mas estaria também implícito o receio de perda da sua influência na sub-região.

O ponto de viragem no sentido da criação do Processo ASEAN+3 terá sido os preparativos da primeira Cimeira ASEM de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Março de 1996 (Bangucoque, Tailândia).

Na sequência de uma proposta veiculada em Outubro de 1994 pelo então Primeiro-Ministro de Singapura, Goh Chock Tong, de estabelecimento de um diálogo entre a Ásia e a Europa que fosse paralelo ao que já existia com os EUA através da APEC, dando resposta por esta via ao “*missing link*” existente nas relações entre os designados pólos da “tríade” Europa-Leste Asiático-EUA, a mesma seria aprovada

¹⁸ Ver, por exemplo, Byung-Joon Ahn, “The Rise of China and the Future of East Asian Integration”, *Asia-Pacific Review*, Vol. 11, no. 2, 2004, pp 25.

¹⁹ Yoichi Funabashi, “The Asianization of Asia”, *Foreign Affairs*, Vol. 72 (Novembro/Dezembro 1993), pp. 75-85.

pelos países membros da UE e da ASEAN em meados de 1995. Estes últimos propuseram à China, Coreia do Sul e Japão que se lhes juntassem como representantes do lado asiático, o que seria aceite, tendo participado em conjunto em diversas reuniões preparatórias realizadas no segundo semestre de 1995. Face ao sucesso da primeira Cimeira ASEM, o processo teve a devida sequência, com a realização de reuniões ao nível de Chefes de Estado e de Governo de dois em dois anos e reuniões anuais de Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Economia e das Finanças, preparadas por reuniões de Altos Funcionários²⁰.

Em termos práticos, e face à necessidade de realização de encontros periódicos entre os representantes asiáticos para coordenação de posições, o Processo ASEM contribuiu para um maior intercâmbio e reforço da confiança mútua e, nesta medida, serviu de catalisador para a criação do Processo ASEAN+3.

O resultado mais visível da actividade ASEAN+3 até à data terá sido a aprovação da “Iniciativa de Chiang Mai” (Tailândia, Maio de 2000), destinada a promover a estabilidade financeira regional. Integra duas componentes principais: a primeira baseia-se na criação de um Fundo de Reserva de Divisas, mediante celebração de uma série de acordos cambiais bilaterais – *swap arrangements* – a que cada país signatário poderá aceder, em casos de problemas de liquidez e dificuldades nas suas balanças de pagamentos. Até ao momento foram celebrados 16 acordos, envolvendo um total de \$36,5 mil milhões. A segunda componente diz respeito à criação de um sistema de monitorização e vigilância regional tendo em vista garantir a adopção das políticas macroeconómicas e financeiras mais adequadas por parte dos países envolvidos e, desta forma, obviar à emergência de uma nova crise financeira semelhante à de 1997-98.

Foi também acordado o estabelecimento de cooperação funcional em sectores como: transportes, ambiente, agricultura, recursos humanos, cultura, turismo, com base na “Declaração Conjunta sobre Cooperação no Leste Asiático”, emitida na Cimeira ASEAN+3 de 1999.

Foram ainda aprovados seis projectos em sede de Ministros da Economia, destacando-se: (i) promoção das PME; (ii) desenvolvimento da sub-região do Mekong; (iii) cursos de formação sobre utilização de tecnologias ambientais.

Em 1999, na sequência de uma proposta da Coreia do Sul, os líderes ASEAN+3 decidiram constituir o *East Asia Vision Group* (EAEG), com o objectivo de apresentar propostas de médio-longo prazo com vista ao reforço do relacionamento entre os países do Leste Asiático.

²⁰ Para maior detalhe, ver Rui Pedro Pereira, “Processo ASEM – Uma Parceria Para o Século XXI?”, *Revista ELO – Cooperação e Desenvolvimento*, n.º 41, Dezembro 2003/Febrero 2004.

O relatório do Grupo, intitulado *Towards an East Asian Community*, foi apresentado dois anos depois, em 2001, propondo a criação de uma Comunidade do Leste Asiático, com os seguintes objectivos:

- Prevenção de conflitos e promoção da paz na Ásia de Leste;
- Reforço da cooperação económica;
- Fomento da prosperidade recíproca;
- Desenvolvimento de uma identidade própria para a Comunidade do Leste Asiático.

A prossecução da referida Comunidade seria garantida mediante cooperação nas áreas económico-financeira, política e segurança, ambiente, sócio-cultural.

O relatório propôs a evolução das Cimeiras ASEAN+3 para uma Cimeira do Leste Asiático, a concretizar em 2005.

Entretanto, foi constituído o *East Asia Study Group* (EASG), mandatado para estudar as modalidades e calendário mais adequado para a eventual implementação das recomendações emitidas pelo EAEG. O relatório final foi apresentado aos líderes em Novembro de 2002, tendo sido identificados objectivos de curto, médio e longo prazo com vista a impulsionar a cooperação e integração regional no Leste Asiático.

As medidas de curto prazo incluem a criação de um Fórum do Leste Asiático, de um Conselho Consultivo de Negócios do Leste Asiático, de uma rede de intelectuais eminentes do Leste Asiático, e a promoção de Estudos do Leste Asiático.

No que se refere à proposta de criação de uma Cimeira do Leste Asiático e de uma futura Comunidade do Leste Asiático envolvendo a criação de uma Zona de Comércio Livre, o *Study Group* foi mais cauteloso e recomendou que fossem considerados objectivos de médio-longo prazo.

A Cimeira do Leste Asiático deveria emanar do Processo ASEAN+3, com vista a ultrapassar o receio manifestado pelos países ASEAN de perda de importância e marginalização neste processo. Por outro lado, os Ministros da Economia ASEAN+3 foram encarregues de estudar a viabilidade e apresentar propostas com vista à criação de uma Zona de Comércio do Leste Asiático.

A “Corrida Comercial” em Perspectiva no Leste Asiático

Constatando em 1999 não estarem reunidas as condições com vista à criação de uma Zona de Comércio Livre do Leste Asiático, alguns países não perderam tempo e optaram pela estratégia de celebração de acordos comerciais bilaterais.

O Japão e a Coreia do Sul, que até então haviam conferido total prioridade à via multilateral de prossecução do livre comércio (OMC), anunciaram a intenção de estudar a negociação de um Acordo de Comércio Livre (ACL).

Em 2000, a China, numa fase em que as negociações da sua adesão à OMC se encontravam bastante adiantadas, considerou que era chegado o momento de utilizar os ACL como instrumento de diplomacia económica e participar na tendência regional que se começava a generalizar em torno da celebração de ACL.

A ASEAN foi o parceiro contemplado para o efeito, no seguimento de um processo de aproximação económica iniciado nos 90 e acelerado após a Crise Financeira Asiática. A China escapou incólume à crise, mas não tentou tirar partido disso, por via de desvalorizações competitivas da sua moeda. Aliás, a não alteração da cotação do Yuan durante este período (1997/98) serviu de âncora de estabilidade regional e terá impedido efeitos ainda mais devastadores, na forma de desvalorizações sucessivas.

De notar que a decisão das autoridades monetárias chinesas terá inclusive colocado as exportações do país sob maior pressão, dado que passaram a competir com produtos originários dos países ASEAN a preços mais baixos de mercado, em consequência das desvalorizações competitivas entretanto levadas a cabo por estes para tentar estancar os efeitos da crise financeira.

Este aspecto foi devidamente relevado pelos países do Sudeste Asiático e, sem dúvida, terá constituído um dos factores mais importantes de aproximação com a China, que atingiu desenvolvimentos sem precedentes a partir de finais da década de 90.

Para além dos potenciais ganhos económicos, outros motivos estiveram por detrás da iniciativa chinesa de celebração de um Acordo de Comércio Livre com a ASEAN, nomeadamente o reforço da confiança mútua, que permitisse ultrapassar, ou atenuar, o sentimento de “ameaça económica chinesa” veiculado por alguns destes países.

Em Novembro de 2000, por ocasião da Cimeira ASEAN+1 com a China, o então Primeiro-Ministro chinês, Zhu Rongji, propôs a criação de um Grupo de Peritos conjunto sobre Cooperação Económica para avaliar a viabilidade de criação de uma Zona de Comércio Livre (ZCL).

As conclusões e recomendações do relatório foram no sentido de que os potenciais ganhos superavam largamente eventuais custos de ajustamento.

Os estudos de simulação apontam para a previsão de um crescimento médio anual do PIB ASEAN e China de 0,9% e 0,3%, respectivamente. As exportações ASEAN para a China poderão crescer até 48% e as exportações da China para a ASEAN até 55%.

Após algumas hesitações na resposta a dar à iniciativa chinesa, os países ASEAN acabaram por aprovar as recomendações do Grupo de Peritos na Cimeira de Novembro de 2001, “para surpresa geral”, segundo diversos observadores.

Com vista a vencer as resistências de alguns países ASEAN mais cépticos (Malásia, Filipinas, Indonésia e os novos países membros), com receio de uma “invasão” de produtos chineses nos seus mercados, a China “ofereceu” um pacote de liberalização antecipada do seu mercado²¹ (apenas para algumas categorias de produtos agrícolas e pecuários) durante três anos, a ter início em Janeiro de 2004²².

Comprometeu-se ainda a conceder o tratamento de Nação Mais Favorecida aos países ASEAN (Vietname, Camboja e Laos) que ainda não são membros OMC.

Um ano depois, em Novembro de 2002, na 6.ª Cimeira “ASEAN+1” (Phnom Penh, Camboja), foi assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Económica Abrangente ASEAN/China, tendo entrado em vigor em 1 de Julho de 2003.

Mais recentemente, na Cimeira “ASEAN+1” de Vientiane, Laos (29 de Novembro de 2004), as duas Partes assinaram o Acordo de Livre Comércio de Bens e um Acordo que estabelece o Mecanismo de Resolução de Diferendos Comerciais, tendo ambos entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2005. O Acordo de Liberalização do Comércio de Serviços está ainda em negociação.

De referir que a implementação da Zona de Comércio Livre terá carácter assimétrico, ou seja, a China irá abrir o seu mercado mais rapidamente. Deverá estar concluída até 2010 para os países fundadores ASEAN+Brunei (início de desmantelamento em 2005) e até 2015 para os quatro novos membros ASEAN.

A concretizar-se, estar-se-á em presença da maior Zona de Comércio Livre do mundo: 1,9 mil milhões de consumidores, PIB combinado de \$2,4 biliões, comércio total de \$1,2 biliões²³.

A curto-médio prazos, a ZCL deverá levar a uma maior integração económica entre a China e a ASEAN, claramente uma situação *win-win* para as duas Partes.

Porém, no curto prazo os países ASEAN terão de fazer alguns ajustamentos estruturais nas suas economias para fazer face a uma previsível repartição desigual de custos e benefícios entre as diferentes indústrias/sectores.

Concluído esse ajustamento inicial, os países ASEAN poderão desenvolver os seus próprios nichos de mercado nas relações económicas com a China. Em particular, os recursos agrícolas e energéticos destes países terão grande procura neste país, a que crescem alguns serviços com grande potencial, nomeadamente o turismo.

²¹ *Early Harvest Programme*. Abrange oito categorias de produtos, cerca de 600 posições pautais.

²² O impacto real deverá, contudo, ser limitado, na medida em que os produtos em causa representam apenas cerca de 2% do comércio bilateral China-ASEAN.

²³ Para maior detalhe, ver Rui Pereira, “O Reforço do Relacionamento Económico entre a China e os Países ASEAN no Dealbar do Século XXI: Principais Aspectos e Motivações”, *Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, n.º 6, 2.º Semestre de 2004, pp. 129-133.

Por outro lado, à medida que o esquema de liberalização comercial for sendo implementado, as multinacionais presentes na região deverão começar a abordar os mercados chinês e dos países ASEAN numa perspectiva integrada, o que poderá levar a uma redistribuição dos fluxos regionais de IDE em benefício destes países.

Finalmente, a iniciativa ASEAN-China representa um passo muito importante tendo em vista um eventual processo de integração económica alargada ao conjunto da região do Leste Asiático²⁴.

A resposta do Japão a esta iniciativa não se fez esperar. Em Janeiro de 2002, dois meses depois de ter sido anunciado o acordo de princípio ASEAN-China, o Primeiro Ministro Koizumi, em périplo a cinco países do Sudeste Asiático, propôs a “Iniciativa Japão-ASEAN para uma Parceria Económica Abrangente”.

Ao contrário da China, o Japão tem privilegiado uma abordagem *dual-track*, ou seja, pretende negociar ao mesmo tempo acordos bilaterais de livre comércio com os países ASEAN, tendo já concluído um Acordo de Parceria Económica com Singapura (em implementação desde Novembro de 2002).

A Coreia do Sul também projecta celebrar ACL com os seus principais parceiros comerciais, nomeadamente EUA, Japão e ASEAN. Com a China não se conhecem ainda desenvolvimentos a nível bilateral.

Por sua vez, os EUA também anunciaram em Outubro de 2002 a “*Enterprise for ASEAN Initiative*” e parecem seguir uma abordagem semelhante à do Japão, tendo igualmente concluído um ACL com Singapura em Janeiro de 2003.

Procurando garantir maior margem de manobra nas relações económicas bilaterais, a ASEAN encontra-se já a negociar um Acordo de Comércio Livre com a Índia, Austrália e Nova Zelândia, estando apazado para este ano o início de negociações com o Japão, Coreia do Sul.

Desta forma, a ASEAN, que, recorde-se, ainda não completou o seu processo interno de liberalização comercial²⁵, está a emergir como *hub* de iniciativas de comércio livre no Leste Asiático.

A teoria *hub and spokes* diz-nos que o país que assume a posição de *hub* é o principal beneficiário, na medida em que, ao celebrar acordos comerciais preferenciais

²⁴ John Wong, “China’s Economic Rise: Implications for East Asian Growth and Integration”, *Bulletin on Asia-Pacific Perspectives*, 2004, pp. 42.

²⁵ *ASEAN Free Trade Area* (AFTA). Desde 1 de Janeiro de 2002, seis dos dez países membros (Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Singapura) passaram a aplicar direitos aduaneiros até um máximo de 5% para a grande maioria dos produtos transaccionados no espaço ASEAN, equivalente a 95,7% do total do comércio intra-bloco. Os quatro países que aderiram mais tarde dispõem de um período transitório mais alargado, a saber: Vietname em 2006, Laos e Myanmar em 2008 e Camboja em 2010.

Estima-se que a transacção a “direito zero” seja uma realidade em 2010, para os seis países mais desenvolvidos e, para os restantes, em 2015.

com vários países *spokes*, dispõe de mais e melhores opções de acesso preferencial em comparação com os países *spokes*, que negociam apenas com o país *hub*. Este cenário é ainda mais evidente se o país *hub* for uma economia desenvolvida como os EUA e o Japão, e o país *spoke* for uma economia de pequena dimensão e em desenvolvimento.

No caso da ASEAN, o benefício que poderá retirar do papel de *hub* que tem vindo a assumir está directamente ligado à opção entre negociar os referidos acordos enquanto entidade colectiva ou a título individual, sendo que a primeira opção é claramente a mais recomendável em termos de benefícios a retirar.

Estas movimentações parecem assim sugerir que estamos perante o cenário clássico de “liberalização competitiva” no Leste Asiático, dada a vasta panóplia de ACL em negociação ou estudo, justificados pelos proponentes como medida defensiva para evitarem situações de discriminação comercial e subsequente perda de vantagens económicas.

Ao mesmo tempo, começa a emergir a percepção que a China e o Japão não estão envolvidos em ACL apenas por razões económicas, mas também políticas. Ou seja, não apenas para contrabalançar situações de discriminação comercial, mas também como instrumento de competição pela posição de liderança na região.

Byung-joon Ahn, por exemplo, interpreta alguns focos de rivalidade nas relações sino-japonesas como sinal de um possível recrudescimento do sentimentos nacionalistas nestes países, tendo classificado o caso japonês como “*Wounded Nationalism*” e o chinês de “*Assertive Nationalism*”. No primeiro caso, argumenta que muitos japoneses estão a tentar restaurar o respeito pela sua história, tradições e símbolos, como forma de recuperar alguma da confiança perdida neles próprios e no seu país. No segundo caso, parece estar a assistir-se a uma onda crescente de reforço da auto-confiança dos líderes e da população chinesa por terem conseguido ultrapassar a humilhação a que, no seu entender, foram sujeitos no passado pelas potências ocidentais, estando também ligado ao orgulho sentido pelo facto do país registar, desde 1978, as maiores taxas de crescimento económico a nível mundial ²⁶.

Rumo a uma Comunidade (Económica) do Leste Asiático?

Os desenvolvimentos mais recentes em matéria de integração regional remontam à oitava Cimeira ASEAN+3, realizada em Vientiane, Laos, 29 Novembro 2004 ²⁷, que acabou por produzir alguns resultados significativos, destacando-se:

- Criação de um Grupo de Peritos para conduzir um estudo de viabilidade da criação de uma Zona de Comércio Livre do Leste Asiático;

²⁶ Byung-joon Ahn, 2004: 26-27.

²⁷ O Comunicado Final está disponível em: <http://www.aseansec.org/16474.htm>

- Realização da primeira Cimeira do Leste Asiático em Kuala Lumpur, Malásia, em 2005. Com vista a discutir o conceito e modalidades da Cimeira, realizar-se-á uma reunião ASEAN+3 Ministros dos Negócios Estrangeiros em Kyoto, Maio 2005;
- Os líderes acordaram em que o estabelecimento de uma Comunidade do Leste Asiático é um objectivo de longo prazo e reafirmaram o processo ASEAN+3 como principal veículo para o seu eventual estabelecimento.

Natural saliência para a decisão de realização da primeira Cimeira do Leste Asiático no último trimestre de 2005, em Kuala Lumpur, Malásia (que, aliás, foi um dos principais países defensores da iniciativa e havia já organizado a primeira Cimeira ASEAN+3 em 1997). Este facto é tanto mais significativo quanto havia sido definido como objectivo de médio-longo prazo pelo *Study Group* em 2002.

Diversos observadores acolheram esta decisão com entusiasmo e, na linha da corrente defensora do “renascimento asiático”, proclamaram desde logo o “nascimento de uma nova Ásia”, considerando-a um marco nos esforços de integração e construção de um verdadeiro sentimento de comunidade no Leste Asiático²⁸.

Segundo a análise do *Economist Intelligence Unit*²⁹, a Cimeira de Vientiane consagrou o apoio à presente vaga de acordos de livre comércio no Leste Asiático assinados, em negociação ou em estudo, que, neste momento, perfazem já um total de 34, incluindo com países exteriores à sub-região (ver Quadro em anexo).

Nesta medida, confirmou os receios de alguns peritos de política comercial, como Jagdish Bhagwati, que defendem que a actual proliferação de ACL poderá distorcer os fluxos comerciais, complicar as regras comerciais e prejudicar as negociações multilaterais de livre comércio em curso no âmbito da OMC (“Agenda de Desenvolvimento de Doha”).

Recorrendo à literatura de integração, estes peritos defendem que a liberalização comercial multilateral será sempre a melhor solução, e que os acordos comerciais preferenciais serão sempre uma solução de *second best*, pelos efeitos discriminatórios sobre países não membros e potencial desvio de comércio³⁰.

Acresce que a proliferação deste tipo de acordos, com obrigações potencialmente conflitantes entre si (ex: regras de origem), poderá levar à criação de um “*spaghetti bowl*” regulatório, implicando uma complexidade acrescida de regras comerciais a nível regional.

²⁸ Ver Eric Teo Chu Cheow, “East Asia Summit’s Birthing Pains”, *The Straits Times*, 22 Fevereiro 2005.

²⁹ *Country Profile*, 1 Dezembro 2004.

³⁰ Segundo a Teoria de Viner, existe desvio de comércio quando produtos mais eficientes de um fornecedor não membro são preteridos em favor de produtos menos eficientes de um país membro, por via de isenção ou redução de direitos aduaneiros ou restrições quantitativas.

Neste sentido, a China, que em 2002 chegou a sugerir a criação de uma Zona de Comércio Livre do Nordeste Asiático, tem adoptado uma estratégia que parece ser a mais correcta, dando prioridade à implementação da Zona de Comércio Livre com a ASEAN e defendendo a criação de uma Zona de Comércio Livre do Leste Asiático.

Chia Siow Yue elencou os principais desafios que neste momento se deparam à criação de uma Comunidade do Leste Asiático (incluindo uma Zona de Comércio Livre)³¹:

- i) Ainda não existe uma visão política comum no Leste Asiático (tal como existe, por exemplo, na UE). Os países da sub-região devem tomar consciência da importância da criação de uma identidade e destino comuns, e que os ganhos políticos e económicos resultantes da cooperação e integração económica ultrapassam largamente os custos da inevitável transferência de partes de soberania tendo em vista a criação de instituições, regras e disciplinas comuns. Neste contexto, o reforço das interacções aos níveis político, económico, social e cultural entre os governos, sectores empresariais e sociedade civil ajudariam ao longo processo de criação de confiança e sentimento de comunidade na Ásia de Leste;
- ii) A grande diversidade de sistemas económicos e níveis de desenvolvimento entre os países envolvidos levanta obstáculos à livre circulação de bens, serviços e investimentos e poderá dificultar o entendimento sobre o nível e ritmo de liberalização comercial. Porém, a diversidade económica não deverá representar um obstáculo inultrapassável, na medida em que poderá ser compensada pela complementaridade económica que também existe em larga escala. Acresce que uma zona de comércio livre tem normalmente um calendário de implementação de 10 anos, o que deverá ser tempo necessário para os países membros levarem a cabo os ajustamentos estruturais necessários;
- iii) Não obstante o reforço dos laços económicos intra-regionais nos últimos anos, nem todos os países da sub-região consideram uma zona de comércio livre ou uma Comunidade Económica como objectivos prioritários para o seu crescimento e prosperidade económica. Existem fortes laços de alguns dos países com a América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia em termos de comércio, investimento, a nível financeiro e tecnológico, podendo emergir o receio de que uma iniciativa deste tipo possa prejudicar o relacionamento existente com estes parceiros. Por conseguinte, uma possível zona de comércio livre do Leste Asiático deverá manter-se aberta

³¹ Chia Siow Yue, 2004: 16-17.

- à cooperação com outros espaços regionais (NAFTA, UE) e demonstrar um forte compromisso de empenhamento nos esforços de liberalização da OMC;
- ii) O relacionamento entre o Japão e a China e a alegada rivalidade pela liderança económica na sub-região. Dado o seu peso crescente a nível económico e político no Leste Asiático, a China terá inevitavelmente de desempenhar um papel activo na criação de uma zona de comércio livre. Neste contexto, um bom entendimento entre as duas potências-líder da sub-região é fundamental. Para o efeito, terão de ultrapassar a desconfiança ainda existente, fruto de questões históricas e da rivalidade política e económica. Neste contexto, a ASEAN e a Coreia do Sul poderão desempenhar papéis muito importantes de contra-peso e “fiel da balança” tendo em vista garantir o necessário equilíbrio e esbatimento de rivalidades;
 - iii) Convergência entre os acordos comerciais preferenciais bilaterais e sub-regionais em vigor e o novo acordo (ex: harmonização de regras de origem, normas técnicas, etc.) ultrapassando o possível efeito *spaghetti bowl*. Uma possibilidade seria tentar garantir a coexistência entre a futura Zona de Comércio Livre do Leste Asiático e os acordos em vigor;
 - iv) Finalmente, a decisão sobre os países a integrar. Alguns países ASEAN defendem a participação na Cimeira de países como a Índia, Austrália e Nova Zelândia, que não fazem parte do processo ASEAN+3, mas a maioria parece preferir a manutenção da actual fórmula ASEAN+3. Uma solução de compromisso para futuro poderia ser, numa fase inicial, a limitação da participação aos países que neste momento pertencem ao processo ASEAN+3, deixando em aberto a possibilidade de outros países aderirem mais tarde.

Haverá então que aguardar pela reunião preparatória da Cimeira, ao nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, a ter lugar em Kyoto, Japão, em Maio de 2005, para se ter uma ideia mais concreta do que se poderá esperar da primeira Cimeira do Leste Asiático em termos de resultados. Em todo o caso, é indiscutível que o objectivo de criação de uma Comunidade do Leste Asiático será um objectivo de longo prazo e com diversos obstáculos a ultrapassar, desde logo exigindo um verdadeiro compromisso político na sua criação por parte de todos os países envolvidos.

Considerações Finais

616

Ao contrário do que se verificou noutras regiões do mundo, o crescimento do comércio e investimento intra-regional no Leste Asiático não foi resultado de acordos

comerciais regionais, mas sim de um processo em larga medida espontâneo, baseado num conjunto de factores que favoreceram a interdependência económica entre os diversos países.

Na sequência do processo de abertura ao exterior e de reformas económicas e, mais recentemente, da adesão à OMC, a China começou progressivamente a assumir o papel de epicentro do comércio e investimento na Ásia de Leste, para o que muito contribuiu a instalação no país de um largo número de empresas da sub-região, nomeadamente japonesas e sul-coreanas.

A ascensão económica chinesa está a originar um novo quadro concorrencial no Leste Asiático, o qual suscita oportunidades e desafios. Do lado das oportunidades, a elevada procura chinesa de todo o tipo de produtos, que, em larga medida, tem beneficiado países como o Japão e a Coreia do Sul, cujas exportações para a China aumentaram significativamente nos últimos anos. Em termos de desafios, salta à evidência a pressão concorrencial chinesa sobre os países vizinhos do Leste Asiático, tanto nas suas indústrias locais como em mercados de países terceiros.

Diversos autores defendem que se está a assistir à emergência de um novo “paradigma de desenvolvimento económico” no Leste Asiático, em que a China assume o papel de centro de uma complexa rede de produção regional, representando um claro desvio do modelo de *flying geese* dos anos 80 baseado na superioridade comercial, financeira e tecnológica do Japão. Até ao momento, este novo modelo emergente no Leste Asiático tem-se revelado benéfico para todos os países envolvidos.

O crescente protagonismo económico da China tem também tido repercussões ao nível dos esforços de integração regional, que adquiriram um novo *élan* no Leste Asiático a partir de finais dos anos 90. Para surpresa de muitos, a China propôs em 2000 a celebração de um Acordo de Cooperação Económica com os países ASEAN que incluía a criação de uma Zona de Comércio Livre, tendo suscitado reacções quase imediatas do Japão e Coreia do Sul e também de países tão importantes como os EUA e a Índia.

Tem-se assistido, nos últimos anos, à multiplicação de iniciativas de acordos de comércio livre bilaterais e inter-regionais no Leste Asiático, fenómeno que tem suscitado alguma preocupação e cepticismo dos defensores da via multilateral de livre comércio, que alertam para o perigo de distorção dos fluxos comerciais na sub-região, pelos potenciais efeitos de desvio de comércio sobre países não membros e pela complexidade acrescida das regras comerciais a nível regional.

Muito se tem discutido também sobre a viabilidade de criação de uma Comunidade do Leste Asiático, que deveria incluir uma Zona de Comércio Livre. Tratando-se indiscutivelmente de um objectivo de longo prazo, por não estarem ainda reunidas as condições com vista à sua criação, os líderes ASEAN+3 deram, no entanto, um

primeiro passo importante ao decidirem a realização da primeira Cimeira do Leste Asiático em 2005.

Começaram desde logo a ecoar vozes anunciando o “nascimento de uma nova Ásia”, “renascimento asiático” ou “pan-asiatismo”, o que parece manifestamente prematuro e distanciado da realidade. Haverá que aguardar pelos resultados desta primeira Cimeira, a realizar em Kuala Lumpur, Malásia, para se poder aquilatar, com maior segurança, do rumo que a integração no Leste Asiático poderá tomar no decurso dos próximos anos

Quadro 1
Ásia de Leste – Indicadores Económicos Seleccionados

País/território	População	PNB per capita	PIB	Taxa de crescimento do PIB						Investimento doméstico	Média crescim.	Exportações
	(Milhões)	(USD)	(Mil Milhões USD)	1960-70	1970-80	1980-90	1990-2001	2002	2003	(em % do PIB)	anual exportações (%)	(em % do PIB)
	2002	2002	2002							2001	1990-2000	2001
China	1.285	952	1.266	5,2	5,5	10,3	10,0	8,0	9,1	39	14,5	26
Japão	127	33.550	3.973	10,9	4,3	4,1	1,3	-0,3	2,1	26	4,1	10
NEI												
Coreia do Sul	48	10.014	476	8,6	10,1	8,9	5,7	6,3	2,7	27	10,1	43
Singapura	4	20.613	87	8,8	8,3	6,7	7,4	2,2	0,8	24	9,9	174
Taiwan	23	12.900	282	9,2	9,7	7,9	5,7	3,6	3,2	17	7,9	51
Hong-Kong	7	24.532	162	10,0	9,3	6,9	3,8	2,3	3,0	27	8,3	144
ASEAN-4												
Indonésia	211	780	173	3,9	7,2	6,1	3,8	3,7	4,1	22	8,1	41
Malásia	25	3.609	95	6,5	7,9	5,3	6,5	4,2	4,7	24	12,2	116
Filipinas	82	1.034	78	5,1	6,0	1,0	3,3	4,6	4,3	18	18,8	49
Tailândia	63	1.960	126	8,4	7,1	7,6	3,8	5,0	6,2	24	10,5	66

Fonte: John Wong, Bulletin on Asia-Pacific Perspectives 2004/05

Quadro 2
Comércio Intra-Regional no Leste Asiático

País/território	Ano	Exportações totais	EUA	UE	Japão	China	C. do Sul	Taiwan	Hong-Kong	Singapura	ASEAN-4	Leste Asiático
Japão	1980	130441	24,5	14,6		3,9	4,1	—	3,7	3,0	7,0	21,7
	1988	264856	34,1	19,7		3,6	5,8	5,4	4,4	3,1	4,9	27,2
	1992	339885	28,5	19,7		3,5	5,2	6,2	6,1	3,8	8,1	32,9
	1996	410901	27,5	14,3		5,3	7,1	6,3	6,2	5,1	12,4	42,4
	2000	479249	30,0	16,4		6,3	6,5	7,5	5,7	4,3	9,5	39,8
	2001	403496	30,4	16,0		7,7	6,3	6,0	5,8	3,6	9,3	38,7
China	1980	18099	5,4	13,7	22,3		—	—	24,1	2,3	4,3	53,0
	1988	47540	7,1	10,4	16,9		—	—	38,4	3,1	2,8	61,2
	1992	80517	10,7	10,8	13,8		2,9	0,8	44,2	2,5	2,8	67,0
	1996	151197	17,7	13,1	20,4		5,0	1,9	21,8	2,5	3,4	55,0
	2000	249297	20,9	15,3	16,7		4,5	2,0	17,9	2,3	3,7	47,1
	2001	266620	20,4	15,3	11,0		4,7	1,9	17,5	2,2	3,8	41,1
Coreia do Sul	1980	17505	26,4	16,3	17,4	—		—	—	1,5	4,6	23,5
	1988	60696	35,4	14,7	19,8	—		1,6	5,9	2,2	2,8	32,3
	1992	76632	23,7	12,8	15,1	3,5		3,0	7,7	4,2	7,0	40,5
	1996	129715	16,9	11,4	12,2	8,8		3,1	8,6	5,0	9,3	47,0
	2000	172268	21,9	13,6	11,9	10,7		2,0	6,2	3,3	7,2	41,3
	2001	150439	20,8	13,1	11,0	12,1		3,9	6,3	2,7	6,8	42,8
Taiwan	1980	—	—	—	—	—	—		—	—	—	—
	1988	60667	—	—	—	3,7	—		—	—	—	—
	1992	81470	28,9	17,7	10,9	12,9	1,4		18,9	3,1	6,9	41,2
	1996	115942	23,2	13,6	11,8	17,9	2,3		23,1	4,0	8,3	50,1
	2000	148321	23,5	14,8	11,2	16,9	2,6		21,1	3,7	7,4	48,8
	2001	122866	22,5	14,8	10,4	17,9	2,7		21,9	3,3	7,2	49,4

ESTUDOS SOBRE A CHINA VIII

País/território	Ano	Exportações totais	EUA	UE	Japão	China	C. do Sul	Taiwan	Hong-Kong	Singapura	ASEAN-4	Leste Asiático
Hong-Kong, China	1980	19730	26,1	24,5	4,6	6,3	1,2	—		4,4	6,8	23,3
	1988	63163	24,8	16,9	5,9	27,0	2,6	3,6		2,8	3,2	41,9
	1992	119512	23,1	17,1	5,2	29,6	1,6	3,5		2,6	3,1	45,6
	1996	180750	21,2	12,7	6,5	34,3	1,6	2,4		2,7	3,7	51,2
	2000	201860	23,3	15,3	5,5	34,6	1,9	2,5		2,3	3,3	50,1
	2001	189894	22,3	14,5	5,9	36,9	1,8	2,4		2,0	3,3	52,3
Singapura	1980	19375	12,5	12,5	8,1	1,6	1,5	—	7,7		20,8	39,7
	1988	39306	23,6	13,5	8,6	3,0	2,0	2,8	6,2		20,3	42,9
	1992	63483	16,6	11,9	4,4	1,8	2,6	2,4	7,2		14,3	32,7
	1996	125014	18,4	12,7	8,2	2,7	3,8	3,9	8,2		25,5	52,3
	2000	137804	17,3	13,2	7,5	3,9	3,6	6,0	7,9		24,9	53,8
	2001	121751	15,4	13,4	7,7	4,4	3,9	5,1	8,9		24,2	54,2
ASEAN-4	1980	47100	18,8	13,8	34,5	1,1	1,7	—	1,9	11,8		51,0
	1988	80080	16,4	12,6	19,5	2,2	2,8	2,0	2,9	9,0		38,4
	1992	112788	21,0	17,6	21,9	2,6	2,9	3,1	3,9	13,6		48,0
	1996	204270	18,6	13,7	17,8	3,3	3,5	3,4	5,1	14,0		47,1
	2000	269099	20,4	14,8	16,0	3,4	3,7	4,2	4,2	12,5		44,0
	2001	250656	20,0	14,7	16,1	4,4	3,7	3,8	4,1	11,8		43,9

Fonte: John Wong, *Bulletin on Asia-Pacific Perspectives 2004/05*

Gráfico 1
Principais Grupos Produtos Importados pela China em 2003

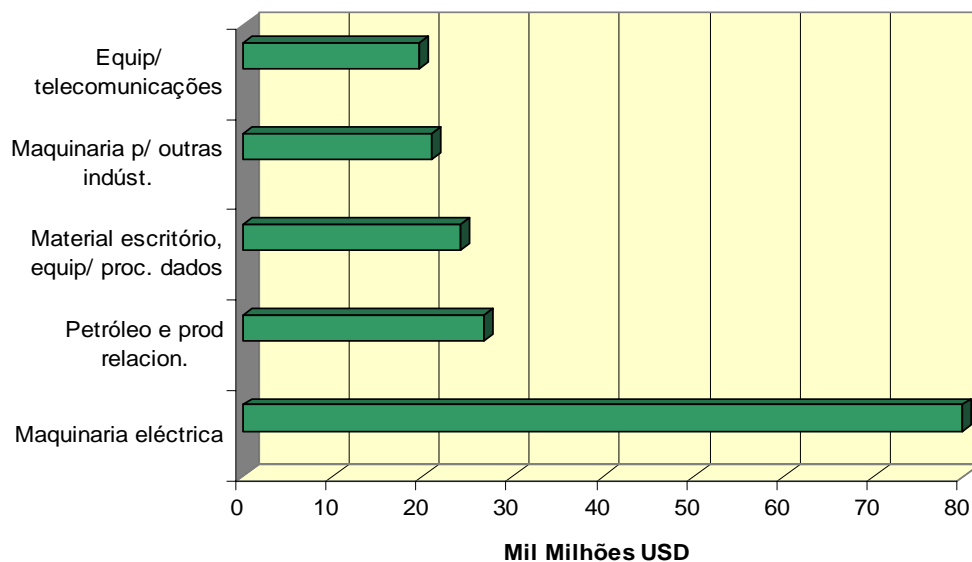


Gráfico 2
Principais Grupos Produtos Exportados pela China em 2003

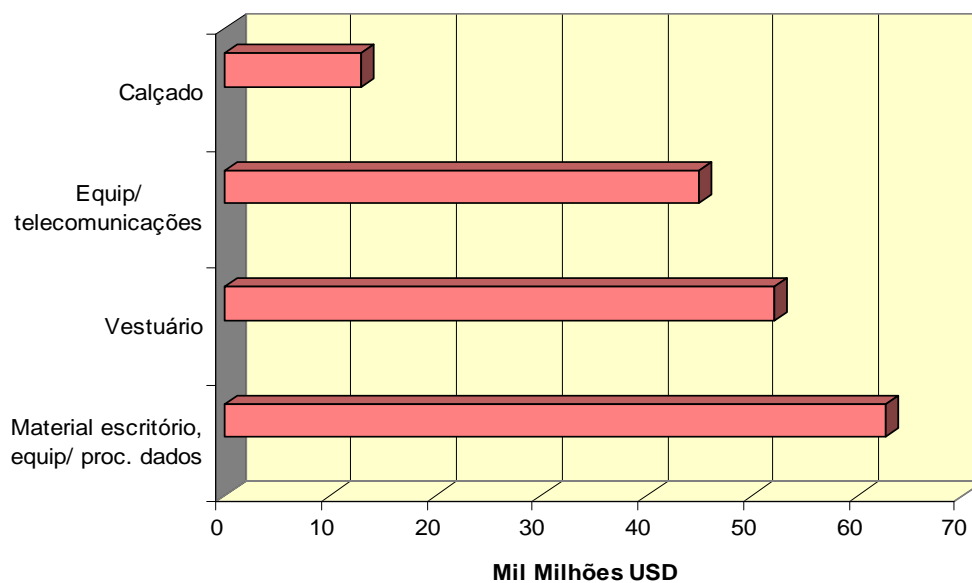


Gráfico 3
Principais Fornecedores da China em 2003

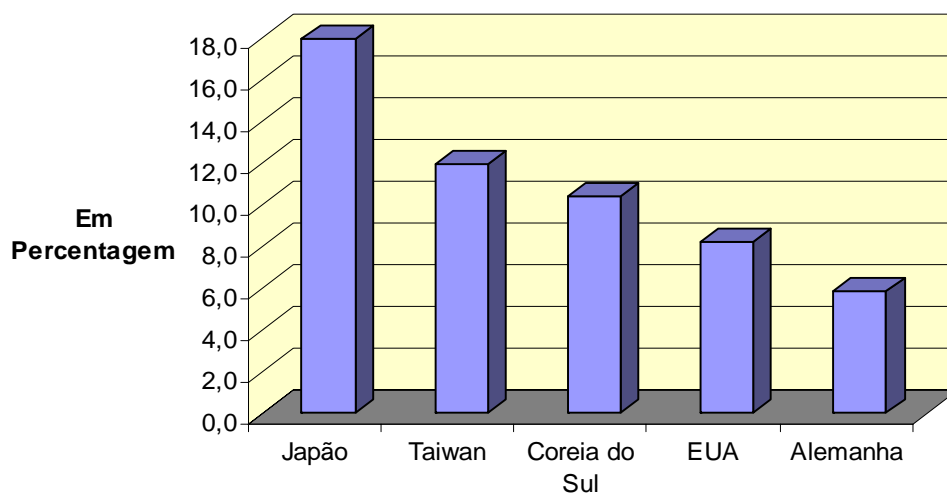
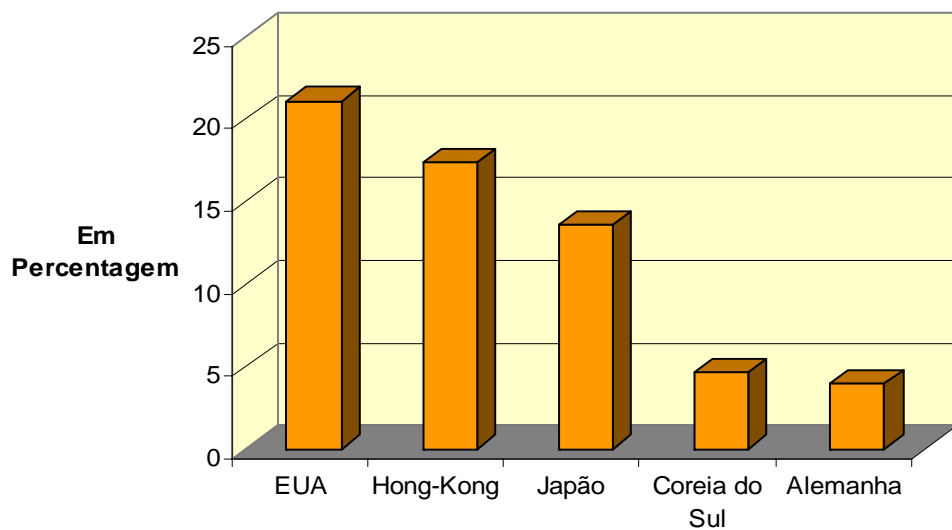


Gráfico 3
Principais Clientes da China em 2003



QUADRO 3
East Asia's Regional and Bilateral Economic Cooperation Agreements

	Membership	Status as of January 2004
INTRA-EAST ASIA		
ASEAN-China Comprehensive Economic Cooperation (with Free Trade Area - FTA)	ASEAN-10, China	Framework Agreement signed in November 2002, official negotiations ongoing; early harvest implemented
ASEAN-Japan Comprehensive Economic Partnership (with bilateral FTAs)	ASEAN-10, Japan	Framework Agreement signed in October 2003. Bilateral Japan-Singapore agreement implemented in 2003; other bilaterals under negotiation
ASEAN-South Korea Comprehensive Economic Partnership (with FTA)	ASEAN-10, South Korea	Negotiations ongoing
China-Japan-Korea FTA	China, Japan, South Korea	Under consideration
ASEAN+3	ASEAN-10, China, Japan, South Korea	Implemented Chiang Mai Initiative on monetary and financial cooperation
East Asia FTA	ASEAN-10, China, Japan, South Korea	Recommendation of East Asia Vision Group Report; the proposal is under study by ASEAN+3 governments
China bilaterals	with Hong Kong, South Korea	China-Hong Kong implemented; with South Korea, ongoing negotiations
Hong Kong bilaterals	with China	Implemented
Japan bilaterals	with Singapore, Malaysia, Philippines, Thailand	Only Japan-Singapore implemented; others under negotiation
South Korea bilaterals	with Japan, Singapore, China	Ongoing negotiations
Malaysia bilaterals	with Japan, US	Ongoing negotiations
Philippines bilaterals	with Japan, US	Ongoing negotiations
Singapore's bilaterals	with Japan, South Korea	Singapore-Japan implemented; ongoing negotiations with South Korea
Thailand's bilaterals	with Japan, South Korea, China	None implemented yet; negotiations ongoing

QUADRO 3
East Asia's Regional and Bilateral Economic Cooperation Agreements

	Membership	Status as of January 2004
CROSS-REGIONAL		
AFTA-CER Closer Economic Partnership	ASEAN-10, Australia-New Zealand	Ministerial Declaration September 2002
ASEAN-US Enterprise for ASEAN Initiative (with FTA)	ASEAN-10, US	US announced EAI in October 2002, with prospects of bilateral FTAs. Bilateral FTA with Singapore implemented in January 2004
ASEAN-India Comprehensive Economic Cooperation (with FTA)	ASEAN-10, India	Framework Agreement signed in October 2003; negotiations begin in January 2004
Asian Cooperation Dialogue (ACD)	18-country members stretching from East Asia to South Asia and Gulf States	Dialogue initiated by Thailand
Asia Pacific Economic Cooperation (APEC)	21 economies in Asia Pacific including ASEAN-6, Vietnam, China, Hong Kong, Japan, South Korea, Taiwan	Established in 1989 with initial membership of 12. Not an FTA as it espouses open regionalism, with free trade in 2010 for developed members and 2020 for developing
Hong Kong bilaterals	with New Zealand	Ongoing negotiations
Japan bilaterals	with Canada, Chile, Mexico	Ongoing negotiations
South Korea bilaterals	with Australia, New Zealand, Chile, Mexico, US	Ongoing negotiations
Malaysia bilaterals	with US	Ongoing negotiations
Philippines bilaterals	with US	Ongoing negotiations
Singapore's bilaterals	with Australia, New Zealand, Canada, Mexico, US, EFTA, India, Sri Lanka, Jordan	Bilaterals with Australia, New Zealand, EFTA, and US implemented; other negotiations ongoing

Fonte: Chia Siow Yue, Economic Cooperation and Integration in East Asia, 2004